

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**

Nome: Juliana Cândido Matias  
E-mail: juhmatias.rm@gmail.com  
Instituição: Secretaria Estadual de Educação, Brasil

Submetido: 22/04/2019

Aprovado: 02/03/2020

Publicado: 03/05/2021

 10.20396/rho.v21i00.8655268

e-Location: e021010

ISSN: 1676-2584

**Como citar ABNT (NBR 6023):**

MATIAS, J. C.; BARROS, J. A.

Uma análise do contexto de formação do PNAIC na rede estadual de ensino em Rolim e Moura/RO: mãos que ensinam; olhares outros; o chão da escola.

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 21, p. 1-28, abr. 2021. DOI:

10.20396/rho.v21i00.8655268.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8655268>. Acesso em: 3 maio 2021.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



## UMA ANÁLISE DO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DO PNAIC NA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM ROLIM E MOURA/RO: MÃOS QUE ENSINAM; OLHARES OUTROS; O CHÃO DA ESCOLA



**Juliana Cândido Matias\***

Secretaria Estadual de Educação



**Josemir Almeida Barros\*\***

Universidade Federal de Rondônia

### RESUMO

O A presente pesquisa traz como um dos objetivos analisar a perspectiva docente quanto a conciliação de rotina escolar e a formação continuada do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), e se o programa alterou os dados educacionais da escola (lócus) da pesquisa. As fontes são resultados de questionários e entrevistas realizadas com as professoras participantes da formação, e que também trabalham na escola (lócus) da investigação. Compõem o repertório de fontes: a legislação, dados estatísticos e escolares que foram levantados por meio de buscas em sites do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Nacional de Pesquisa e Educação (INEP) e da Secretaria de Educação de Rondônia (SEDUC/RO). As perspectivas docentes encontradas nos processos de análises demonstram pontos divergentes, mas reafirmam a continuidade dos referenciais teóricos já conhecidos em formações docentes anteriores e fomentadas pelo governo federal. Evidenciam a necessidade e satisfação das professoras alfabetizadoras em estarem juntas no momento da formação em meio à adequação constante da rotina escolar para possibilitar os encontros em horários opostos de trabalho e que, em alguns casos como as professoras de 25 horas, ultrapassam sua carga horária contratual. Os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - (IDEB) da escola (lócus) foram confrontados com demais fontes a exemplo do Programme for International Student Assessment (PISA) e políticas educacionais que mostram uma contradição no cálculo para o alcance dos resultados. Tudo isso pode contribuir para que os índices não revelem totalmente a realidade educacional da escola pesquisada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. PNAIC. Formação docente. Índices educacionais.

**AN ANALYSIS OF THE CONTEXT OF PNAIC TRAINING IN THE STATE EDUCATION NETWORK IN ROLIM AND MOURA/RO: HANDS THAT TEACH; LOOK AT OTHERS; THE GROUND OF SCHOOL**

**Abstract**

The present research has as one of the objectives to analyze the teaching perspective regarding the conciliation of school routine and the continued formation of the National Pact for Literacy in the Right Age (PNAIC), and if the program changed the educational data of the school (locus) of the research. The sources are the results of questionnaires and interviews with the teachers participating in the training, who also work in the school (locus) of the research. Also included in the repertoire of sources are legislation, statistical and school data that were collected through searches on sites of the Ministry of Education (MEC), the National Institute of Research and Education (INEP) and the Rondônia Secretariat of Education (SEDUC / RO). The teaching perspectives found in the analysis processes demonstrate divergent points, but reaffirm the continuity of the theoretical references already known in previous educational formations and fomented by the federal government. They demonstrate the need and satisfaction of literacy teachers to be together at the time of training in the midst of the constant adaptation of the school routine to enable meetings at opposite working hours and that, in some cases, as teachers of 25 hours, exceed their contractual hours. The results of the Basic Education Development Index (IDEB) of the school (locus) were confronted with other sources such as the Program for International Student Assessment (PISA) and educational policies that show a contradiction in the calculation for the achievement of results. All this may contribute to the fact that the indexes do not fully reveal the educational reality of the researched school.

**Keywords:** Education. PNAIC. Teacher training. Educational indexes

**UN ANÁLISIS DEL CONTEXTO DE FORMACIÓN DEL PNAIC EN LA RED ESTADUAL DE ENSEÑANZA EN ROLIM Y MOURA/RO: MANOS QUE ENSEÑAN; OJOS OTROS; EL CHONO DE LA ESCUELA**

**Resumen**

La presente investigación trae como uno de los objetivos analizar la perspectiva docente en cuanto a la conciliación de rutina escolar y la formación continuada del Pacto Nacional por la Alfabetización en la Edad Cierta (PNAIC), y si el programa alteró los datos educativos de la escuela (locus) de la investigación. Las fuentes son resultados de cuestionarios y entrevistas realizadas con las profesoras participantes de la formación, y que también trabajan en la escuela (locus) de la investigación. En el marco de la Convención de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático, que se celebrará en el marco de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático, RO). Las perspectivas docentes encontradas en los procesos de análisis demuestran puntos divergentes, pero reafirman la continuidad de los referenciales teóricos ya conocidos en formaciones docentes anteriores y fomentadas por el gobierno federal. Evidencian la necesidad y satisfacción de las profesoras alfabetizadoras en estar juntas en el momento de la formación en medio de la adecuación constante de la rutina escolar para posibilitar los encuentros en horarios opuestos de trabajo y que en algunos casos como las profesoras de 25 horas superan su carga horaria contractual. Los resultados del Índice de Desarrollo de la Educación Básica (IDEB) de la escuela (lusus) se enfrentaron con otras fuentes a ejemplo del Programa para la evaluación de la escolarización (PISA) y las políticas educativas que muestran una contradicción en el cálculo para el logro de los resultados. Todo ello puede contribuir a que los índices no revelen totalmente la realidad educativa de la escuela investigada.

**Palabras clave:** Educación. PNAIC. Formación docente. Índices educativos

## INTRODUÇÃO

Os aspectos educacionais incutidos na rotina e no fazer-se professor e professora no Brasil emanam aspectos singulares e divergentes que, somente com um olhar minucioso é que se vislumbra os propósitos e despropósitos do campo educacional, suas políticas materializadas por seus programas e projetos educacionais, em todo a sua intencionalidade e descontinuidade historicamente estabelecida.

Neste caso, conhecer o contexto de trabalho dos professores e professoras é primordial para que se analise sua rotina e concepções escolares de formação e valorização profissional, e o fazer-se professor e professora na rede estadual de ensino em Rolim de Moura - RO contribui para a compreensão necessária deste enredo político e educacional, mas sobretudo, histórico.

Assim, o texto apresenta a escola estadual (*lócus*) da pesquisa, suas estrutura e característica socioeconômicas, bem como sua formação histórica que corrobora com a formação do estado de Rondônia, e analisa a perspectiva docente quanto à conciliação da rotina escolar e a formação continuada do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, e se o programa alterou os dados educacionais da escola.

## **ROLIM DE MOURA: MAIS UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)**

Rolim de Moura/RO, assim como as demais cidades rondonienses, teve sua formação a partir das políticas de ocupação nacional desenvolvimentista fomentada durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1984) e em 1979, com a distribuição estratégica de lotes de terra que atraíram migrantes de diversas regiões brasileiras, principalmente Sul e Nordeste numa extensão do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Gy-Paraná, foi iniciado a constituição do município.

Destarte, o município de Rolim de Moura/RO não foi exceção neste contexto de forte movimentação demográfica na Amazônia que atraiu milhares de famílias em busca de melhores condições de subsistência, numa corajosa empreitada sem a assistência apropriada pelo Estado no que tange o acesso a serviços sociais básicos como saúde e educação, obtendo por hora, nada além da terra prometida, conforme relato:

Assim começou a nossa história, no meio de árvores, derrubadas, galhos retorcidos enegrecidos pelo fogo de uma queimada de mais de 100 (cem) alqueires de terra quase pronta para o plantio de café e cereais de todas as espécies. Onde antes existiu um arvoredo como mognos, cerejeiras, cedros, figueiras, anjelim pedra e amargoso, caixetas, pequis e uma infinidade de madeira da exuberante Floresta Amazônica, além de grande quantidade de coqueiros de todas as qualidades e tamanhos [...]. Assim, aqui começou a nossa história [...]. (LOPES, 1990, p. 13).

Tornando-se município por meio do Decreto-lei Estadual n.º 071, de 05 de Agosto de 1983, desmembrando-se de Cacoal/RO, a cidade de Rolim de Moura/RO foi crescendo e se desenvolvendo a sorte do trabalho árduo da população rural, e timidamente urbana que começava a se configurar num contexto de privações e persistência, conforme nota-se ao observar a fotografia 1:



Fotografia 1 - Área central da cidade de Rolim de Moura/RO em 1975 (Avenida 25 de Agosto)  
Fonte: Skyscrapercity (2018a)<sup>1</sup>.

Neste ínterim, com os desdobramentos dos esforços dos migrantes, foram acontecendo as primeiras manifestações religiosas (missas, cultos, entre outros), a implementação da primeira farmácia (Santa Paula), o primeiro comércio (Oliveira) que está ilustrado na fotografia anterior e, conseqüentemente, a primeira escola (Escola Pereira da Silva) que, segundo Lopes (1990) foi construída pelas mãos dos moradores que almejavam alguma educação escolar aos seus filhos e filhas, e teve como primeira professora a Sra. Enilde do Carmo Lopes, formada pelo programa Logos II em Cacoal, à 70 km, aproximadamente, de Rolim de Moura.



Fotografia 2 - Primeira escola de Rolim de Moura-RO: Escola Pereira da Silva (1977)  
Fonte: Skyscrapercity (2018b)<sup>2</sup>.

Atualmente, 35 anos após a criação da cidade de Rolim de Moura/RO, segundo dados do IBGE (2018), há população de aproximadamente 50.648 pessoas, o município conhecido como a capital da Zona da Mata possui grande fluxo comercial e industrial, além de ser grande produtor rural de grãos como arroz, café, milho e feijão, além da agropecuária e a indústria madeireira que ainda possuem grande responsabilidade econômica na região. O sistema educacional conta com três creches, 27 escolas de ensino Infantil, Fundamental, Médio e profissional, e um distrito: Nova Estrela.

Neste contexto, a cidade de Rolim de Moura/RO possui um complexo educacional que remete a importância de ser analisado e compreendido. Neste ensejo, o IBGE (2018) reitera ao trazer dados importantes sobre esta tessitura:

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.6 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.4. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 19 de 52. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 13 de 52. (IBGE, 2018, p. 12).

Os dados são claros quanto à posição média do município ante as outras realidades educacionais do Estado, evidenciando a necessidade de superação de índices ainda preocupantes, assim, a conjuntura educacional do município, que igualmente como no contexto rondoniense é fruto de resistência e muito trabalho da população, carece de olhares outros nesta proposição, que incidam em ações que levem a uma educação emancipatória que corresponda ao seu perseverante processo de formação.

Entretanto, a partir da compreensão da formação territorial da região amazônica, sobretudo Rondônia neste caso, é possível situar-se no atual contexto político e educacional em que se encontra a proposta recente de formação docente para o estado, bem como a sua secundarização frente à amplitude de sua natureza, que não considera o modelo social e suas especificidades regionais para além do mercado, coisificando as políticas educacionais e os profissionais que estão por elas a caminhar, num círculo vicioso que não altera o *status quo* da qualidade da Educação Rondoniense.

A implementação dos documentos norteadores em âmbito nacional como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), as Leis de Diretrizes e Bases para Educação (LDB) e também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entre outros, iniciados na década de 1990 viabilizou o aprimoramento e a possível orientação das políticas públicas educacionais no Brasil, todavia, as possibilidades passíveis e contempladas nestes/destes documentos são ignoradas e constantemente marginalizadas, num campo em que as propostas nacionais estão em constante disputa pela hegemonia dos espaços educacionais, para a manutenção e perpetuação do modelo capitalista de produção, que serve ao mercado e suas necessidades produtivas, em que “[...] os trabalhadores têm que ter instrução, mas apenas aquele mínimo necessário para participarem dessa sociedade, isto é, da sociedade moderna baseada na indústria e na cidade, a fim de se inserirem no processo de produção, concorrendo para o seu desenvolvimento [...]” (SAVIANI, 2012, p. 85), evidenciando o modelo de educação pensada pelo capital, e neste ensejo, Rondônia não está isenta.

Os dados obtidos pelas avaliações externas do MEC nos últimos anos (SAEB e SINAES)<sup>3</sup> no estado mostram a dualidade latente desta tessitura: por uma via temos uma preocupação insurgente em mensurar e estabelecer parâmetros para tomada de decisões políticas quanto à educação no Brasil, mas a outra via aponta a eficácia duvidosa dos métodos padronizados para a avaliação de um sistema educacional tão amplo e plural, como o brasileiro.

## **A ESCOLA: CONTEXTO DE FORMAÇÃO, NECESSIDADES INSURGENTES**

O *lócus* da pesquisa: uma escola estadual urbana em Rolim de Moura/RO, região norte do Brasil, foi construída em 1986 por populares que buscavam a escolarização de seus filhos e filhas. Iniciou os trabalhos com a ampliação de uma casa de madeira, próximo ao Centro de Tradições Gaúchas da cidade como anexo de outra escola central, mas oficialmente foi fundada pelo Decreto 213, de 23 de Março de 1988, e desde 1997 está em prédio planejado e construído pelo Governo do Estado, conforme Projeto Político Pedagógico da escola (*lócus*) (PPP, 2018)

A escola iniciou suas atividades em 1986 de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. A partir do ano de 1992 iniciou a 5ª e 6ª série e a cada ano foi inserido uma nova série até 2002 onde foi a última série inserida.

Atualmente a escola atende uma clientela que funciona em dois turnos oferecendo o Ensino Regular Fundamental, Acelera e Correção de Fluxo (6º ao 8º ano do Ensino Fundamental), e Ensino Médio e o Programa Fórmula da Vitória com aulas de reforços em Língua Portuguesa e Matemática para os alunos dos 6º anos. Sendo que no período matutino temos 15 turmas (4º do ensino fundamental ao 1º do ensino médio e 1 turmas de Correção de Fluxo), no vespertino 11 turmas (6º do ensino fundamental ao 3º ano do Ensino Médio e 1 turma de correção de fluxo e 2 turmas de Mediação Tecnológica). O atendimento no ensino fundamental é de 492 alunos e ensino médio 94 alunos. Totalizando 586 alunos. A escola oferece também o Programa Novo Mais Educação. (PPP, 2018, p. 6).

A escola localiza-se em uma região periférica de Rolim de Moura/RO, constituindo-se o único ambiente institucionalizado para atendimento a população circunvizinha quanto à educação, esporte, cultura e lazer. A comunidade escolar é oriunda, predominantemente, de um bairro sem pavimentação, rede de esgoto e possui iluminação precária, é caracterizada pelo PPP (2018) da instituição, mediante questionário socioeconômico submetido aos alunos pela orientação escolar, como:

Grande parte da população é carente, porém trabalhadora, no bairro onde a escola está situada há casas de madeira e alvenaria, a infraestrutura urbana oferece água encanada em boa parte das casas assim como a eletricidade. Atualmente várias pessoas contam com serviço de internet via rádio. O atendimento médico é razoável, conta com agente comunitário de saúde que visitam as famílias mensalmente encaminhando ao hospital ou ao posto de saúde mais próximo, não há bancos próximos, apenas pequenos comércios como: padarias, botequins, quitandas, lojas e pequenos mercados, acessíveis pelo poder aquisitivo da população local. O transporte alternativo é realizado por moto táxi e táxi cidade. (PPP, 2018, p. 8).

A instituição, que possui como missão “[...] formar alunos/cidadãos com senso crítico, dotado da arte da reflexão, livres e com plena consciência de seus direitos e deveres com clara noção da realidade que os cercam, econômica política e social do país em que vive.” (PPP, p. 7, 2018), conta com variados desafios para o desenvolvimento de seu trabalho com as turmas, que, mesmo sendo uma escola urbana, conta com duas turmas de Mediação Tecnológica para o Ensino Médio (2º ano), conforme o quadro 1:

Quadro 1 - Número de turmas e período correspondente na escola (*locus*) da pesquisa

Ano de escolaridade	Número de turmas por período	
	Matutino	Vespertino
4º	03	-
5º	05	-
ACELERA	01	01
6º	01	01
7º	01	01
8º	01	01
9º	01	01
SALTO	01	01
1º	01	01
2º	-	01
3º	-	01
2º ANO - MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA	-	02

Fonte: Adaptado de (PPP, 2018, 12).

As 26 turmas fazem da escola, segundo os parâmetro da Secretaria de Educação, uma escola nível 3, ou seja, uma escola de médio porte se comparada a outras escolas do estado, e desde 2017 não atende os estudantes no período noturno, e mesmo sendo uma escola urbana, oferece duas turmas do Programa Mediação Tecnológica para o Ensino Médio<sup>4</sup>.

Os desafios que fazem parte do contexto educacional em questão, também são evidenciados pelos dados obtidos através do questionário socioeconômico respondido por 400 dos 586 estudantes da instituição escolar, expõe uma realidade social significativa para a compreensão da totalidade que se pretende investigar. O questionário é elaborado, aplicado e analisado pelo Serviço de Orientação Escolar (SOE) anualmente, e visa levantar dados acerca da situação socioeconômica dos estudantes da escola e assim conhecer melhor a realidade de vida dos estudantes para deliberar alguns planejamentos de trabalho, a exemplo do plano de ação, Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno. Vale ressaltar que, segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, 5% dos estudantes possuem necessidades de aprendizagem especiais, num total de, aproximadamente, 29 estudantes, que são atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado -AEE- da escola, em que uma Professora Pedagoga por meio de especialização em libras, faz atividades extraclasse com as crianças e jovens com necessidades de aprendizagens especiais, que não apenas ao que sua especialização lhe compete.



Quadro 2 - Dados levantados através do questionário socioeconômico respondido pelos 400 estudantes da escola (lócus) da pesquisa

CATEGORIAS	DADOS
Renda	30% dos pais ganham menos de um (01) salário, 40% ganham mais de (01) 5% acima de (03) salários, 25% não responderam.
Transporte	45% vão à escola a pé, 25% de bicicleta, 4% de carro e 9% de moto e transporte escolar <sup>5</sup> 17%.
Escolaridade dos pais	40% têm o Ensino Fundamental, 30% Ensino médio, 10% nível Superior e 13% são analfabetos e 7% não responderam.
Casa própria	50% dos alunos possuem casa própria, e 30% moram em casa alugada e 20% não responderam.
Localidade	52% dos alunos residem no bairro “X” <sup>6</sup> e que os outros 28% estão divididos entre outros bairros 10% na zona Rural e 10% não responderam.

Fonte: Adaptado de (PPP, 2018, p. 14).

O quadro 2 retrata uma comunidade escolar com uma renda média por família muito baixa, em que a maioria dos estudantes vai “a pé” para a escola e os pais possuem baixa escolaridade, evidenciando a importância da escola para o acesso dos estudantes a cultura, esporte e lazer institucionalizados.

Os índices educacionais da instituição têm melhorado paulatinamente, porém no período de definição como *lócus* da pesquisa (2017) mostrava-se ainda como uma das escolas mais deficitárias quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica<sup>7</sup> (IDEB) ficando entre os últimos colocados na tabela do município, conforme dados, presentes no quadro 3:

Quadro 3 - Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - da escola, (*lócus*) da pesquisa nos últimos anos

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ( <i>Lócus</i> )				
SÉRIE/ANO	MÉDIA/2011	MÉDIA/2013	MÉDIA/2015 <sup>8</sup>	MÉDIA/2017
ANOS INICIAIS	4.7	5.3	5.4	6.5

Fonte: Adaptado de (PPP, 2018, p. 18).

Com os dados acima expostos, em 2017, a escola “amargava” uma baixa colocação dos índices educacionais entre as escolas estaduais no município de Rolim de Moura, ficando na 8ª posição em tabela divulgada pela Coordenadoria Regional de Ensino (CRE) na ocasião, o que, juntamente com os dados externados, chamou a atenção para uma possível pesquisa sobre o tema: “Contribuições do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: a

perspectiva docente”, o que se tornou, após conversa com as professoras alfabetizadoras e gestão, o *locus* desta pesquisa, que se interessa pelo seu contexto de formação docente, sua estrutura seus caminhos e percalços educacionais: seu chão, o chão da escola.

## **O FAZER-SE PROFESSOR E PROFESSORA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM ROLIM DE MOURA/RO**

Fazer-se professor ou professora na rede estadual de ensino em Rolim de Moura-RO, envolve contextos e realidades múltiplas, na Região Amazônica com características de formação, culturas e saberes plurais, resultantes de seu processo de ocupação/colonização. Neste ponto, o ensino perpassa pela diversidade regional e estrutural das/nas escolas, ambientes fecundos para a aprendizagem, com sabores e dissabores que, ora se destoam de outras proposições escolares do país, ora se aproximam. As aproximações do contexto escolar rondoniense ao restante do Brasil, à luz da análise política e educacional da implementação dos programas de formação para professores, as quais esta pesquisa discorre, mostram-se evidentes quando se aprofunda o olhar para rotina e atribuições docentes, suas responsabilidades e responsabilizações.

Num contexto em que, conforme divulgado pela pesquisa FAPESP *online*<sup>9</sup> (2018)

[...] os professores brasileiros de escolas públicas de ensino fundamental e médio recebem menos da metade da média salarial dos docentes de outros países avaliados na edição 2017 do relatório *Education at a glance*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - (OCDE) [...].

Em que foram avaliados 40 países, os docentes da rede estadual rondoniense contam com uma remuneração base de R\$ 2.685,00 (conforme consulta à holerites docentes) que apesar de ser maior que a média nacional de R\$ 2.455,35 (BRASIL, 2018a), ainda encontra-se aquém de um salário que corresponda às atribuições do cargo e sua rotina laboral.

O trabalho e as atribuições do cargo de professor e professora no estado de Rondônia é regido pela Lei complementar nº 680 de 7 de Setembro de 2012 no que tange o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) que sobre esta conjuntura, versa:

Art. 15. São atribuições do professor em função de magistério de natureza pedagógica a direção escolar, a administração, a avaliação, o planejamento, a pesquisa, a orientação, a supervisão, a inspeção, a assistência técnica, o assessoramento em assuntos educacionais, chefia, coordenação, acompanhamento e controle de resultados educacionais e outras similares na área de educação, compreendendo as seguintes especificações:

I - no âmbito escolar:

- a) administrar, planejar, organizar, coordenar, controlar e avaliar atividades educacionais junto ao corpo técnico e pedagógico, docente e discente, fora da sala de aula, desenvolvidas na unidade escolar;

- b) planejar, orientar, acompanhar e avaliar atividades pedagógicas as unidades escolares, promovendo a integração entre as atividades, áreas de estudos e/ou disciplinas que compõem o currículo, bem como o contínuo aperfeiçoamento do processo de ensino/aprendizagem, propondo treinamento e aperfeiçoamento do pessoal, aprimoramento dos recursos de ensino/aprendizagem e melhoria dos currículos; e
- c) Acompanhar e avaliar a participação do aluno no processo ensino/aprendizagem envolvendo a comunidade escolar e a família nesse acompanhamento. (RONDÔNIA, 2012, p. 6).

Também faz parte do regimento das atribuições dos professores e professoras da rede estadual de ensino em Rondônia, a Portaria nº 4563 de 29 de Dezembro de 2015, que “Estabelece normas para regulamentar e orientar ações pedagógicas no âmbito das públicas escolas estaduais e dá outras providências”, tais como:

- a) §2º O professor deverá evidenciar o zelo pela qualidade da aprendizagem dos estudantes, de acordo com seu plano de trabalho, sendo-lhe vedado a realização de uma única avaliação para constatação das aprendizagens, estando sujeito a responder pedagógica e administrativamente conforme disposto em regimento escolar e demais legislações vigentes. (RONDÔNIA, 2015, p. 3).

Ambos os documentos além de regimentar a rotina profissional docente, como jornada de trabalho, remuneração, formação continuada e valorização, visam aspectos pedagógicos que estabelecem as ações como planejamento, recuperação e avaliação discente, e são utilizados à risca pelos professores e professoras, sendo-lhes “vedado” qualquer tipo de método avaliativo, que não esteja normatizado pela legislação citada, engessando e instrumentalizando o processo de ensino, conforme o próprio documento (Portaria 4563, p 1, 2015) “§1º Os instrumentais de avaliação dos estudantes do Ciclo Básico de Aprendizagem (CBA), que compreende o período do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental regular, estão definidos em portaria específica.” inclusive por instrumentais de planejamento, relatórios avaliativos e das próprias avaliações, planejadas no intuito de aferir as “competências e habilidades” estimadas conforme a idade e série dos estudantes.

Nesta conjectura que as formações continuadas são implementadas no estado, de modo a corresponder a legislação, rotina e as abordagens avaliativas deste campo, cuidadosamente regimentadas e instrumentalizadas, a tal ponto que a ação pedagógica torna-se uma reprodução sistemática dos conhecimentos que generalizam as diferentes regiões do país através de referenciais curriculares elaborados por meio de reformas educacionais sistemáticas, financiadas por organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial com interesses majoritariamente econômicos.

Contudo, pensar sobre o fazer-se professor e professora na rede estadual de ensino em Rondônia requer uma leitura do “rio e suas respectivas margens”, dos vieses que compõem este “terreno”, pois é nele que a educação sucede, é nele que as políticas

educacionais acontecem, ou não, a exemplo das políticas de formação continuada como o PNAIC, único programa de formação docente ofertado pelo estado em 2017/2018<sup>10</sup>.

É neste contexto que as professoras aceitaram colaborar com a pesquisa que é qualitativa de acordo com Matias, *et al.* (2019). Elas, que trabalham na escola (*lócus*) já apresentada, possuem formação e idades diversas, que são essenciais de serem relatadas para a compreensão da totalidade dos objetivos da pesquisa e suas entrelinhas, conforme quadro 4 abaixo.

Quadro 4 - Caracterização das professoras participantes da pesquisa

PROFESSORAS PARTICIPANTES DA PESQUISA <sup>11</sup>				
Identificação	Idade	Carga Horária	Formação Inicial	Instituição
Professora A	47	40h	Pedagogia	Prohacap <sup>12</sup> /Universidade Federal de Rondônia/UNIR
Professora B	42	25h	Pedagogia	Universidade Federal de Rondônia/UNIR
Professora C	33	40h	Pedagogia	Universidade Federal de Rondônia/UNIR
Professora D	34	40h	Pedagogia	Universidade do Norte do Paraná/UNOPAR
Professora E	49	40h	Pedagogia	Universidade Federal de Rondônia/UNIR

Fonte: Adaptado de (PPP, 2018, p. 13).

Os nomes das professoras não serão divulgados devido a possíveis desconfortos que a divulgação da pesquisa possa lhes causar, o que consta nos termos de consentimento da participação na/da entrevista assinado previamente, logo, as professoras serão identificadas por letras: letras que ensinam, letras que se juntam, que conversam e se encontram. Letras que compõem o cotidiano do fazer-se alfabetizador/alfabetizadora.

Este íterim se desdobra em compreender como os professores conciliam o estudo com suas responsabilidades profissionais: planejamento, reforço, recuperação, instrumentais de avaliação, entre outros? E, ao fazer este mesmo questionamento às professoras participantes<sup>13</sup> do PNAIC, que trabalham na escola (*lócus*) da pesquisa, foi possível vislumbrar suas perspectivas deste íterim, como a professora A, que sobre o tema relatou:

Então, assim, eu gostava porque a gente tinha uma liberdade, a supervisão lá era bem maleável com a gente, tinha dias que a gente mudava o reforço, ou ela liberava e você poderia dar reforço outro dia [...]. Para mim foi bom. As atividades eu conseguia conciliar, né? E era sempre atividade de leitura

e escrita que era mais o que cobrava na época. (PROFESSORA A. ROLIM DE MOURA, 2018).

A professora alfabetizadora, que possui um contrato de trabalho com carga horária de 40 horas, deixa claro a importância da parceria com a Coordenação Pedagógica da antiga escola estadual onde lecionava, e usufruía de autonomia pedagógica nos momentos de formação, todavia, evidencia também como a formação alterava sua rotina na escola, e a necessidade de reorganização das atividades docentes, reafirmando a o impacto das políticas públicas educacionais no dia-a-dia das instituições públicas de ensino, conforme esclarecido por Azevedo (2004, p. 59) “[...] o cotidiano escolar, portanto, representa o elo final de uma complexa cadeia que se monta para dar concretude a uma política - a uma *policy* - entendida aqui como um programa de ação. [...]” em que ora mantém relações com as necessidades educacionais, ora não.

Sobre o mesmo tema: como os professores conciliam o estudo com suas responsabilidades profissionais: planejamento, reforço, recuperação, instrumentais de avaliação, entre outros? A professora C. também ouvida no processo de pesquisa teve perspectivas outras, disparando pontos outros de análise neste íterim:

Então, é nessa parte que eu digo para você que ficou puxado. Porque, por exemplo, eu sei que ele estava dentro da carga horária de formação, mas e às 25 horas? Né? Não foi pensado. Foi pensado para quem era 40 horas. As 40 tinham possibilidades, poderiam ir a tarde, porque isso eu não posso questionar, foi dado tipo assim, a organização, a organizadora, digamos assim, do curso aqui ofereceu opções ‘olha se você tem condições de vir a tarde, você pode vir a tarde, se você tem condições de vir a noite, você pode vir a noite’. (PROFESSORA C. ROLIM DE MOURA, 2018).

Ao discorrer sobre seu ponto de vista, a professora deixa evidente a sua insatisfação quanto à combinação da rotina escolar e a formação continuada, e trouxe ao contexto outra discussão: as professoras de um único processo seletivo feito pelo estado de Rondônia com carga horária 25 horas semanais em 2009 para Pedagogos, em que grande parte dos professores e professoras conciliam outro cargo em instância diferente, como o município, o que fez com que muitos profissionais escolhessem o período noturno para cursar o PNAIC, dado que evidencia a forma de trabalho com que os profissionais em educação se submetem para garantir sua subsistência em um sistema público que não oferece as condições necessárias para uma valorização integral dos professores e professoras no Brasil, ao que esta conjuntura a professora acrescenta:

Quantas vezes eu saí seis e pouco de um serviço e nem tomei banho e ia para lá, porque se não perdia-se boa parte. Então você está cansada, acabada na verdade. Ele não foi pensado para as 25 horas [...]. A ideia foi boa de contemplar também quem não poderia de dia, mas o cansaço era muito grande. (PROFESSORA C. ROLIM DE MOURA, 2018).

Os desafios da formação tomam forma por meio da fala das professoras. O encrudescimento da rotina e seu “verniz” progressista desenham-se a medida em que os relatos seguem, o que se justifica pelo fato de que “[...] a burguesia [...] sabe muito bem a importância da educação e dos meios de comunicação social e, por isso, desde que se consolidou no poder do Estado Nação Moderno, criou os mecanismos necessários ao controle desses poderosos instrumentos ideológicos [...]” (LOMBARDI, 2018, p. 172), o que inclui o aumento das atribuições burocráticas dos professores e professoras e a perda gradativa de seu senso crítico devido ao excesso de atividades profissionais que leva a exaustão, como observado na fala da Professora “A” que antes da entrevista relatou estar muito cansada e com problema de saúde devido, segundo o médico, ao estresse. Acrescentou ainda que não conseguia articular muito bem a fala e estava tendo esquecimentos. Ela estava visivelmente abatida, fato que explica a curta duração da entrevista de 16 minutos.

Os programas de formação continuada implementados pelo Ministério da Educação (MEC) principalmente a partir da década de 1990<sup>14</sup>, possuem, como discorrido anteriormente, a característica historicamente estabelecida de generalizarem as diferentes realidades que permeiam o chão da escola brasileira. E Rondônia, especialmente, tem a tradição de desenvolver os programas de formação tal qual eles são apresentados pelo Governo Federal, ignorando a pluralidade escolar<sup>15</sup>, cultural<sup>16</sup> e territorial<sup>17</sup> que fazem parte da composição educacional neste estado.

Logo, a perspectiva docente deste íterim, além de entoar a divergência das percepções do programa de formação, e salientar as necessidades de adequação da rotina escolar para atender o momento do curso, também evidenciou como o planejamento do programa não acolheu os diferentes caminhos pelos quais os docentes atravessam no fazer-se professor e professora na rede estadual de ensino em Rolim de Moura/RO, considerando sua formação, legislação e divergências contratuais.

## **A PERSPECTIVA DOCENTE: O QUE PENSA O PROFESSOR/PROFESSORA?**

O planejamento das ações políticas e educacionais é imprescindível para a organização docente, o alcance dos objetivos, e conseqüentemente, da qualidade da aprendizagem dos estudantes. Não obstante, uma parte importante deste processo, inegavelmente, são as políticas de formações docentes e a garantia de sua continuidade no âmbito escolar, entretanto, leva-se em consideração neste ensejo o referencial teórico que corrobora com os interesses do Estado, a propositura das formações: espaços, rotinas, formação para as formadoras, elaboração, logística e distribuição de materiais de formação e/ou uso dos estudantes, remuneração dos formadores e formadoras, formandos e formandas, bem como a responsabilidade de seu prosseguimento, que também conta. Como elencado, muitas são as conjecturas que compõe o cenário da formação docente no Brasil, porém,

diante do exposto, o que consideram os professores que fazem/fizeram parte do PNAIC, sobre sua real contribuição para suas práticas educacionais?

Ao conversar com as professoras alfabetizadoras envolvidas no Pacto, e que lecionam na escola (*locus*), sobre suas perspectivas quanto à contribuição do programa para suas práticas educacionais, responderam:

Apesar de ter conhecimento de grande parte dos conteúdos através de formação continuada na escola, a troca de experiência com os cursistas trouxe um grande enriquecimento para minha prática em sala de aula. (PROFESSORA E. ROLIM DE MOURA, 2018).

Houve um aprimoramento de experiência profissional, aquisição de novos conhecimentos; troca de experiência durante as socializações. (PROFESSORA B. ROLIM DE MOURA, 2018).

A troca de ideias entre educadores é muito importante, revendo e analisando as políticas educacionais. (PROFESSORA D. ROLIM DE MOURA, 2018).

Ao relatarem suas perspectivas, as professoras E, B e D evidenciam o quanto as formações continuadas são valorizadas pelos professores e professoras, e como as “socializações” e “troca de experiências” estão presentes em suas perspectivas de políticas educacionais e formação. O trabalho coletivo agrada aos olhos dos profissionais em educação, que zelam pelo “aprimoramento” de suas práticas educacionais, pois lhes pertence à consciência de que, diante da realidade sócio-educacional apresentada pela escola “[...] do ponto de vista dos trabalhadores, a escola é, na maioria das vezes, o único lugar onde podem acessar conhecimentos elaborados e elevar seu padrão cultural.” (SANTOS JUNIOR, 2018, p. 57). Assim, os filhos e filhas da classe trabalhadora necessitam, bem como as demais classes, de uma educação de qualidade.

Ainda sobre tema: o que consideram os professores que fazem/fizeram parte do PNAIC, sobre sua real contribuição para suas práticas educacionais? A Professora C. trouxe conjecturas outras para o enredo:

Não me ensinou nada novo. Eu escutava o que minhas colegas estavam fazendo, mas eu já escutava todo dia delas, que eu podia bater ali na porta e perguntar [...]. Eu não vou ser hipócrita de dizer que não contribuiu, né? Porque daí você estava lá, tirando um tempo, justo para essa socialização. Coisas que eu iria correr atrás durante a semana para perguntar para uma amiga, se eu tinha alguma dúvida, alguma possibilidade de alguma atividade, eu tinha um tempo específico lá para visualizar estas situações. Honestamente, eu imagino assim. (PROFESSORA C. ROLIM DE MOURA, 2018).

As professoras, ao discorrerem sobre sua participação no programa trazem pontos que enfatizam a “socialização” e a “troca de experiências” como questões válidas à formação

continuada, o que fica evidente na fala da professora C. que angaria alguns consensos e dissensos que possibilitam entrelaçamentos das perspectivas, mesmo que não consoantes.

A conversa, a troca ou conforme dito: a “socialização” das atividades planejadas e desenvolvidas no contexto da formação mostrou-se algo muito significativo para as professoras, tornando-se o protagonismo no PNAIC, uma vez que reconhecem a ausência de novidades quanto ao referencial utilizado no material de Linguagem:

E assim, reforçava bastante o que a gente já tinha aprendido e usava em sala de aula. (PROFESSORA A. ROLIM DE MOURA, 2018)

O programa voltou mais para prática, nada novo. (PROFESSORA C. ROLIM DE MOURA, 2018).

O fato de o PNAIC possuir uma base referencial e metodológica característicos dos programas de formação implementados, principalmente a partir da década de 1990 e financiados por organismos internacionais, não apresenta grandes mudanças neste quesito, perpetuando ao que Saviani (1992) chama de “teorias reprodutivistas” devido à ausência de criticidade ao sistema educacional, as políticas públicas neste campo e conseqüentemente, contribuindo reprodução de um sistema educacional excludente possibilitado pelas ações e interesses do Estado, conforme corrobora Azevedo (2004, p. 60) “[...] para se ter uma aproximação dos determinantes que envolvem a política educacional, deve-se considerar que a mesma articula-se ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso, em cada momento histórico [...]” evidenciando assim, as predileções políticas vigentes no país no que se refere à formação de professores e professoras.

Assim, diante da fala e perspectivas das professoras E, B e D participantes do programa de formação continuada PNAIC, é possível conjecturar o quanto as alfabetizadoras valorizam o encontro, a troca, a socialização, a conversa sobre seu trabalho, sobre ensinar e aprender. Emergiu de suas falas uma preocupação secundarizada quanto ao referencial, já conhecido e já utilizado em suas práticas, conforme relatado, deixando espaço para a satisfação em estar entre os/as colegas, reunidos para o mesmo propósito: a aprendizagem de quem ensina e aprende todos os dias por meio do trabalho com crianças, como pontuado pela professora A.:

Igual aqui, como eu trabalho só com o acelera, já acho que fica mais difícil, a gente não tem aquelas reuniões lá, e daí...eu gosto de socializar, trocar ideia. Às vezes você está ali com o aluno, aí você vai e olha e fala ‘a, isso aí da para fazer na minha sala!’ (PROFESSORA A. ROLIM DE MOURA, 2018).

Este momento de socialização proporcionado pelo programa mostrou-se bem avaliado pela perspectiva das professoras participantes do programa que participaram da pesquisa, que consideraram, em sua maioria, os “encontros” positivos para suas práticas educacionais, todavia, as falas vêm acompanhadas de uma tímida análise do programa



enquanto parte de uma política pública educacional arquitetada pelo Estado, e que possui referenciais que perpetuam o viés ideológico mantenedor do *status quo* da preposição educacional em todo o seu contexto legal que instrumentaliza<sup>18</sup> o trabalho docente vigente no Estado de Rondônia e que não possuem prosseguimento, fato mencionado por uma das colaboradoras entrevistadas:

Eu penso que todas as vezes que a gente teve que fazer curso [...]. Não foi só esse, não foi só o PNAIC, que tipo assim: que foi pensado e que acabou se perdendo pelo caminho. Tem vários outros que a gente acaba fazendo e que se perde pelo caminho. (PROFESSORA C. ROLIM DE MOURA, 2018).

“Perdendo pelo caminho”, uma expressão significativa da professora C, se refere à descontinuidade dos programas educacionais, que se mostram historicamente programas de governo, interrompidos sistematicamente ao início e fim de cada eleição, realidade que se aproxima, á luz da análise das políticas educacionais, de outras proposituras escolares brasileiras, inclusive em suas contradições: formações que não consideram as particularidades regionais, culturais e territoriais, a rotina docente que vê-se totalmente alterada mediante as formações devido a grande carga burocrática<sup>19</sup> que os cercam, bem como a obrigatoriedade legal dos métodos avaliativos que cerceiam a autonomia docente neste processo educacional e que influi diretamente em sua prática docente, sua rotina e organização de trabalho, pois “[...] sendo a política educacional parte de uma totalidade maior, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio a ação do Estado [...]” (AZEVEDO, 2004, p. 60), assim, as ações do Estado necessitam de uma relação com as especificidades e necessidades locais para que o processo de formação docente se constitua como parte de um planejamento maior e contínuo, não apenas como correspondência às políticas de governo.

O PNAIC em muito se assemelha aos programas de formação em larga escala implementados<sup>20</sup> pelos governos anteriores, mas possui uma característica que não foi encontrada nos demais programas de formação continuada para alfabetizadores no Brasil: os professores e professoras participantes do PNAIC recebiam/recebem uma bolsa no valor de R\$ 200,00 para pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) se comprovada à assiduidade, fato também lembrado pelas professoras em suas falas:

Ajudava sim, né? Às vezes você tinha que comprar um livro ou qualquer outra coisa e o salário não dava, e naquele momento você poderia estar investindo com ela (bolsa). (PROFESSORA A. ROLIM DE MOURA, 2018).

A gratificação de 200 reais. Eu acho que isso contou muito, porque, honestamente, não é reclamando porque se eu escolhi a profissão é...eu sabia quanto ganhava, mas só que assim, não seria ruim ser valorizado melhor, né? (PROFESSORA C. ROLIM DE MOURA, 2018).

Eu reservava o dinheiro para levar a família para sair. Todo mês era sagrado, a gente saía, tinha um lazer. Porque com o salário que a gente ganha não sobra muito para isso, aí eu sabia que todo mês tinha aquele dinheirinho. (PROFESSORA D. ROLIM DE MOURA, 2018).

O impacto da bolsa vinculada à assiduidade do professor e professora ao programa de formação continuada, PNAIC, traz à tessitura um olhar para a valorização salarial docente. Nas entrelinhas, observa-se a sensação de reconhecimento pela bolsa, um dinheiro que poderia ser utilizado em livros, lazer com a família, ou qualquer outra situação, pois era um dinheiro “a mais” diante da desvantagem salarial vigente na/da realidade brasileira que salta aos olhos e traz a tona o descontentamento docente frente à baixa remuneração dos professores e professoras no Brasil.

Contudo, as falas das professoras alfabetizadoras participantes do programa emanam pontos de análise essenciais para a pesquisa, pois além de responderem ao tema: o que consideram os professores que fazem/fizeram parte do PNAIC, sobre sua real contribuição para suas práticas educacionais? Ainda trazem elementos outros pertinentes ao contexto de implementação do programa de formação continuada e que necessitam ser percebidos a partir da perspectiva dos professores e professoras para que se possa compreender a real contribuição do programa para a prática docente dos professores e professoras da rede estadual de ensino em Rolim de Moura/RO.

## OS ÍNDICES FALAM: O QUE ESCUTAMOS?

A perspectiva das professoras no que tange à conciliação da rotina escolar com os momentos da formação, a contribuição do programa de formação continuada, PNAIC, às suas práticas educacionais, enfatizados pelas falas relacionadas à socialização das atividades elaboradas no contexto do programa, assim como pontos outros de análise trazidos por suas considerações à formação: o referencial teórico utilizado na/para formação, a descontinuidade dos programas de formação docente e a relevância da bolsa de R\$ 200,00 paga aos professores e professoras assíduos, corroboram para a compreensão da importância do programa de formação e suas contribuições para a conjectura educacional na rede estadual de ensino em Rolim de Moura/RO.

Entretanto, é necessário, sob o ponto de vista da pesquisa, olhar para a rotina escolar e sua prática de formação no contexto abordado pelas perspectivas docentes como menciona Matias (2019), e estabelecer uma relação possível com os dados oficiais vislumbrados por meio da divulgação feita pelo governo através de Instituições a exemplo do Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Pesquisa e Educação (INEP) e neste ponto pensar: houve avanços no processo educacional da escola envolvida? Avançou em quê? E para quem? São alguns questionamentos que perseguem este enredo das contribuições do programa às práticas de ensino dos docentes participantes da formação na rede estadual de ensino em Rolim de Moura/RO.

Deste modo, os índices divulgados pelo Governo Federal por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) revelam uma melhora constante nos números educacionais no Brasil, que segundo (BRASIL, 2018a) funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias, que é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar -aprovação- e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP). Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente e chegam aos resultados que são elencados nas tabelas.

Tabela 1 - Média Nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB

	IDEB Observado						
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	6.0
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.6
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	7.1
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.5

Fonte: Adaptado de (BRASIL, 2017).

A tabela 1 possui os dados mais generalizados sobre o rendimento da educação básica no Brasil, e expõe a forma com que os números, segundo o cálculo do governo, vêm crescendo paulatinamente nos últimos 12 anos, com exceção das escolas privadas que embora tenham a maior média, têm crescido menos do que as estimativas para o segmento. Estes dados são utilizados para mensurar a qualidade educacional no país, sendo fonte de inesgotáveis discussões durante o ano letivo nas escolas que se adequam como podem para propor atividades de ensaio para as avaliações “externas” a exemplo de simulados e provas retiradas de bancos de questões disponíveis em sites especializados, para, assim, conseguir a tão cobrada nota.

Tabela 2 - Médias Estaduais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB

(continua)

Estado	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Acre	3.3	3.8	4.5	4.7	5.2	5.5	6.1
Alagoas	2.9	3.3	3.3	3.4	3.7	4.1	4.9
Amapá	3.1	3.0	3.6	3.9	3.8	4.4	4.5
Amazonas	3.3	3.9	4.5	4.8	5.1	5.5	5.8
Bahia	2.6	2.6	3.2	3.8	4.0	4.3	4.9

Tabela 2 - Médias Estaduais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB (conclusão)

Ceará	3.2	3.5	4.2	4.4	5.0	5.8	6.7
Distrito Federal	4.4	4.8	5.4	5.4	5.6	5.6	6.0
Espírito Santo	3.7	4.1	5.0	5.0	5.3	5.5	5.9
Goiás	3.9	4.3	4.9	5.3	6.0	6.1	6.6
Maranhão	3.2	3.3	4.0	4.0	4.2	4.3	4.1
Mato Grosso	3.6	4.4	4.9	5.1	5.1	5.6	5.8
Mato Grosso do Sul	3.2	4.0	4.4	4.9	5.1	5.4	5.6
Minas Gerais	4.9	4.9	5.8	6.0	6.2	6.3	6.5
Pará	2.8	2.8	3.7	4.0	3.6	4.2	4.5
Paraíba	3.0	3.5	3.7	4.0	4.2	4.4	4.7
Paraná	5.0	5.2	5.2	5.2	6.2	6.2	6.3
Pernambuco	3.1	3.5	3.9	4.2	4.3	4.7	4.9
Piauí	2.6	3.2	3.8	4.1	4.5	4.6	5.5
Rio de Janeiro	3.7	3.8	4.0	4.3	4.7	5.1	4.8
Rio Grande do Norte	2.6	3.0	3.5	3.7	3.9	4.5	4.6
Rio Grande do Sul	4.2	4.5	4.8	5.1	5.5	5.5	5.7
Rondônia	3.6	4.0	4.4	4.7	5.4	5.7	6.1
Roraima	3.5	3.5	4.2	4.5	4.8	5.1	
Santa Catarina	4.3	4.7	5.0	5.7	5.7	5.9	6.0
São Paulo	4.5	4.7	4.4	5.4	5.7	6.4	6.5
Sergipe	3.0	3.4	3.7	3.9	4.1	4.3	4.7
Tocantins	3.6	4.2	4.5	4.9	5.1	5.0	5.8

\*Os resultados marcados em verde referem-se ao Estado que atingiu a meta do IDEB.

Fonte: Adaptado de (BRASIL, 2017).

A tabela 2 comparativa entre índices educacionais dos estados brasileiros mostra que Rondônia não deixou de alcançar a média esperada em nenhuma das avaliações feitas pelo Ministério da Educação (MEC) desde 2005, sendo atualmente um dos estados com maior nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), perdendo apenas para os Estados do Ceará, Goiás, Paraná, São Paulo e ficando igualado com o Acre, dividindo assim, a 5ª posição entre os estados brasileiros com melhor desempenho educacional.

Estes índices são pauta preconizada nas formações docentes e reuniões pedagógicas nas escolas públicas e servem como a “verdade absoluta” diante de um sistema educacional falho e limitado, que anseia por investimentos estruturais e valorização profissional.

Tabela 3 - Média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB das escolas estaduais do município de Rolim de Moura/RO

Escola	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
EEEF Maria Comandoli Lira	3.8	3.7	4.8	4.3	4.8	5.6	6.6
EEEF Monteiro Lobato	3.8	3.8	4.4	4.5	6.0	6.6	7.2
EEEF Ulisses Guimarães	3.4	4.1	4.5	5.1	5.4	6.3	6.8
EEEFM Cândido Portinari	4.4	4.4	4.8	5.5	6.0	6.4	**
EEEFM Carlos Drummond de Andrade	4.2	3.9	4.8	4.8	5.5	6.1	**
EEEFM Cel. Aluizio Pinheiro Ferreira	4.7	4.7	5.4	5.9	6.0	6.7	7.0
EEEFM José Rosales dos Santos	4.2	4.5	3.9	4.8	5.5	4.6	**
EEEFM Maria do Carmo de Oliveira Rabelo	3.7	4.2	4.0	4.7	5.3	5.4	6.5
EEEFM Nilson Silva	3.6	3.9	4.4	4.1	5.8	6.0	6.8
EEEFM Priscila Rodrigues Chagas	3.9	3.3	4.3	4.3	5.2	4.7	6.2
EEEFM Tancredo de Almeida Neves	4.2	3.5	4.4				**

\* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

\*\* Sem média no SAEB 2017: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Os resultados marcados em verde na parte central referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Fonte: Adaptado de (BRASIL, 2017).

Quanto aos dados comparativos das escolas estaduais do município de Rolim de Moura e que ainda atendem ao Ensino Fundamental I<sup>21</sup>, a escola (*lôcus*) da pesquisa que se encontrava em 8º lugar com os resultados de 2015, passou para o 5º lugar com os novos resultados de 2017 e que foram divulgados em 2018. Deste modo, segundo os dados, houve um avanço no rendimento educacional no Brasil, no estado de Rondônia e conseguinte, na escola (*lôcus*) em que a pesquisa foi desenvolvida.

Dessa maneira, diante dos dados e estatísticas positivas sobre o rendimento educacional brasileiro, fica evidente um avanço dos índices, entretanto, o que representam estes números frente à realidade das escolas brasileiras com as políticas de “correção de fluxo” viabilizadas pelas classes de aceleração, a implementação do Ciclo Básico da Alfabetização e os baixos rendimento mensurados pela instituição internacional de avaliação da qualidade da educação pelo Programme for International Student Assessment (PISA, 2015)<sup>22</sup> que expõe dados alarmantes sobre a qualidade educacional no Brasil, mais

precisamente nas áreas de Ciências, Matemática e Leitura, conforme último relatório de 2015.

Os dados falam, mas o que se escuta e analisa diante de fontes coletadas, que não apenas as oficiais, é a contradição da realidade mostrada pelas estatísticas, todavia, qual a contribuição das políticas de “correção de fluxo” e das classes de aceleração para a avaliação do ensino básico regular? Levando-se em consideração o fato dos alunos destas turmas não somarem aos dados relevantes para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) devido não fazerem os exames<sup>23</sup> aplicados pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP) e não fazerem parte da lista oficial de reprovações informada pelo Censo Escolar, essas turmas com alunos fora da faixa etária para turmas regulares são matriculadas nas classes de aceleração disponíveis para o Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II - os programas Acelera Brasil<sup>24</sup> e Salto para o futuro, respectivamente no caso das redes estaduais no estado de Rondônia.

Outro dado pertinente à análise do contraste dos resultados oficiais sobre a qualidade da educação básica rondoniense é referente à política de implementação do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) adotado pela rede estadual de ensino do estado desde 2007 por meio da Portaria nº. 0815/07<sup>25</sup>, em que visa a progressão automática dos alunos nos primeiros anos da alfabetização, devendo haver possibilidade de reprovação apenas no 3º ano do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA), fato que também altera positivamente o cálculo dos índices educacionais, pois influi diretamente na aprovação dos estudantes.

Contudo, os últimos resultados da instituição internacional que avalia estudantes de 36 países participantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a *Programme for International Student Assessment* (PISA, 2015) revelou em seu relatório que a qualidade da educação brasileira está em um nível “alarmante”, assegurando que:

O desempenho dos alunos no Brasil está abaixo da média dos alunos em países da OCDE<sup>26</sup> em ciências (401 pontos, comparados à média de 493 pontos), em leitura (407 pontos, comparados à média de 493 pontos) e em matemática (377 pontos, comparados à média de 490 pontos). A média do Brasil na área de ciências se manteve estável desde 2006, o último ciclo do PISA com foco em ciências (uma elevação aproximada de 10 pontos nas notas - que passaram de 390 pontos em 2006 para 401 pontos em 2015 – não representa uma mudança estatisticamente significativa). (PISA, p. 1, 2015).

No obstante, tais questionamentos objetivam olhar para a totalidade no âmbito dos dados educacionais e suas fontes, bem como compreender como os índices oficiais divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) necessitam ser pensados a partir do que se vê no cotidiano escolar em suas diferentes realidades estruturais, políticas e territoriais, pois a generalização das formações, das avaliações e do cálculo dos índices nos remetem a dados necessários de serem contrastados e assim, passíveis de serem melhorados, de fato, por meio

de políticas educacionais que abarquem as diferenças compreendidas dentro da pluralidade no/do campo educacional.

A mudança educacional necessária e esperada, precisa estar alicerçada, também, na perspectiva docente, na pluralidade escolar e nos sabores e dissabores de sua rotina. Assim, a pesquisa em educação não pode negligenciar este íterim: é preciso olhar para a realidade educacional a partir de suas possibilidades de transformação, e foi assim que esta pesquisa aconteceu, como um olhar para si.

## CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto, é necessário que se compreenda a pertinência da confrontação dos dados estatísticos para a confiabilidade da pesquisa. As fontes oficiais, a exemplo do Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), mostram resultados positivos quanto à qualidade da educação no Brasil.

Contudo Rondônia, porém, o “chão da escola” nos mostra pontos outros de análise e que emanam fatores que necessitam ser ponderados nesta tessitura, não no sentido de negar o avanço educacional mostrado pelos dados, mas confrontá-los às políticas educacionais implementadas e não somadas aos cálculos que medem os avanços, excluindo as crianças fora da idade/série da somatória dos dados, evidenciando também interesse político de que crianças não reprovem nos primeiros anos da alfabetização, conforme normatizado pelo Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) assim, os avanços divulgados também não são percebidos pelo *Programme for International Student Assessment (PISA)* conforme seu último relatório.

O programa de formação PNAIC se mostrou uma fonte inestimável para a análise do sistema político e educacional brasileiro, que abarca interesses econômicos de toda sorte para corresponder as necessidades econômicas do Estado Liberal que se consolida paulatinamente em meio às crises estruturais no mercado, que em Rondônia perpetua-se historicamente por meio de seu processo de formação territorial, e suas políticas educacionais generalistas que ignoram as particularidades regionais que incidem diretamente para a qualidade da educação no estado, mostrada positivamente pelas instituições oficiais, mas que por meio de uma análise atenta à realidade escolar é possível o confronto destes resultados às políticas que incidem diretamente no cálculo desses dados, que apesar de mostrarem gradual melhora, inclusive na escola (*lócus*) da pesquisa, necessitam ser cada vez mais analisados para que tenhamos dados reais, e só assim, teremos propostas efetivas para a educação que levem em conta as mãos que ensinam, os olhares outros e o chão da escola.

Contudo, as perspectivas docentes deste contexto de formação do Pacto revelados pela pesquisa: como o ponto positivo em socializar as atividades durante os “encontros”, a crítica quanto às adequações dos horários de formação relacionados às responsabilidades e

rotina docente, bem como a afirmação de já conhecerem os autores usados para a produção do material de estudo dos docentes, embora em alguns pontos divergentes, reafirmam a continuidade dos referenciais<sup>27</sup> já conhecidos em formações anteriores fomentadas pelo governo federal, mas também desvela a necessidade e satisfação das professoras alfabetizadoras em estarem juntas no momento da formação em meio à adequação constante da rotina escolar para possibilitar os encontros em horários opostos de trabalho e que, em alguns casos como as professoras de 25 horas, ultrapassam sua carga horária contratual.

Todavia, a adequação da rotina para encontrar-se em momentos de estudo e “socialização”, como enfatizado em suas falas, mostrou-se o ponto alto do programa, conjuntamente à bolsa paga mediante assiduidade, considerada como uma valorização docente em meio a um sistema que engessa e encrudesce a rotina dos professores e professoras no Brasil em meio a interesses prioritariamente político e econômico, que desprestigiam historicamente as mãos que ensinam e que aprendem, mas que, sobretudo, resistem.

Asseveramos que, a crítica ao cenário recente da formação docente em Rondônia, possibilita a busca por vieses que incidam em ações insurgentes neste ínterim. Pensar a estruturação e a implementação de políticas docentes próprias ante a realidade das regiões é um passo importante para propostas mais contundentes neste campo, que compreendam as especificidades regionais bem como suas construções históricas, imprescindíveis para o vislumbramento de políticas eficientes para as estruturas, legislação e formação docente.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. L. **Educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Resultados e resumos**: resultados finais do censo escolar. 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **SAEB**. Brasília: INEP, 2018a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>. Acesso em: 07 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **SINAES**. Brasília: INEP, 2018b. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinaes>. Acesso em: 07 nov. 2018.

FAPESP. **Salário do professor brasileiro**. Online. 2018. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/03/20/salario-de-professor-brasileiro/>. Acesso em: 26 fev. 2019.

FERREIRA, I. A. Povos indígenas de Rondônia: rumo aos 518 anos de resistência. ALAINET. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/articulo/189961>. Acesso em: 8 nov. 2018.



IBGE. **População:** Rolim de Moura. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/rolim-de-moura/panorama>. Acesso em: 19 jan. 2019.

LOMBARDI, J. C. Pedagogia histórico-crítica: desafios para sua implementação. *In:* PASQUALINE, J. C.; TEIXEIRA, L. A.; AGUDO, M. de M. (org.). **Pedagogia histórico-crítica: legado e perspectivas**. Uberlândia, MG: Navegando, 2018.

LOPES, J. B, **Rolim de Moura: seus pioneiros e desbravadores**. Rolim de Moura: Alves, 1990.

MATIAS, J. C. **As contribuições do PNAIC para a prática educacional na rede estadual de ensino de Rolim de Moura - RO: a perspectiva docente**. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

MATIAS, J. C.; *et al.* Perspectivas metodológicas e os bordados na pesquisa qualitativa em educação. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 6, n. 13, p. 128-145, 30 mar. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26568/2359-2087.2019.3721>. Acesso em: 31 de março de 2019.

PISA. **Brasil: resultados principais**. 2015. Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/pisa-2015-Brazil-PRT.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2018.

PPP. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Maria do Carmo de Oliveira Rabelo – EEEFM, 2018.

RONDÔNIA (Estado). **Plano de carreira, cargos e remunerações dos profissionais da educação básica do Estado de Rondônia, 2012**. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/LC680.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2018.

RONDÔNIA (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Portaria nº 4563 GAB/SEDUC**. Rondônia: SEDUC, 2015. Disponível em: [https://diario.seduc.ro.gov.br/manual/arquivos/PORTARIA\\_n\\_4563.pdf](https://diario.seduc.ro.gov.br/manual/arquivos/PORTARIA_n_4563.pdf). Acesso em: 17 jul. 2018.

SANTOS JUNIOR, C, de L. A pedagogia histórico-crítica e o papel da escola e do professor: elementos para pensar a escola da transição. *In:* PASQUALINE, J. C.; TEIXEIRA, L. A.; AGUDO, M. de M. (org.). **Pedagogia histórico-crítica: legado e perspectivas**. Uberlândia, MG: Navegando, 2018.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Autores Associados, 1992.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Autores Associados, 2012.

SKYSCRAPERCITY. **Área central da cidade de Rolim de Moura/RO em 1975 (Avenida 25 de Agosto)**. Disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1428383>. Acesso em: 12 out. 2018a.

SKYSCRAPERCITY. **Primeira escola de Rolim de Moura-RO**: Escola Pereira da Silva (1977). Disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1428383>. Acesso em: 12 out. 2018b.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 18 out. 2018.

#### **AUTORIA:**

\* Mestrado em Educação pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professora da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). Rolim de Moura, Brasil. Contato: juhmatias.rm@gmail.com

\*\* Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor, pesquisador e extencionista do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Contato: josemirbh@gmail.com

#### **COMO CITAR ABNT:**

MATIAS, J. C.; BARROS, J. A. Uma análise do contexto de formação do PNAIC na rede estadual de ensino em Rolim e Moura/RO: mãos que ensinam; olhares outros; o chão da escola. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-28, abr. 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8655268. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8655268>. Acesso em: 3 maio 2021.

#### **Notas**

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1428383>. Acesso em: 12 out. 2018.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1428383>. Acesso em: 12 out. 2018.

<sup>3</sup> Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e do Ensino Superior, respectivamente.

<sup>4</sup> Fato amplamente divulgado como uma iniciativa que visa promover o fortalecimento e a expansão do Ensino Médio, combatendo as desigualdades educacionais por meio da defesa do ensino de qualidade para todos, objetivando oferecer as comunidades de difícil acesso e com demanda reprimida melhores condições de cidadania, mas que na prática se desdobra em vídeo aulas aos estudantes, não apenas de comunidades de ‘difícil acesso’, mas aos discentes de escolas periféricas urbanas também, como é o caso da escola *lócus* da pesquisa, desde 2017. Entendemos que a proposta não contempla as necessidades de estudantes e docentes. Carrega ideia de flexibilizar as responsabilidades do poder público diante da emergência de escolas e professores em localidades rurais.

<sup>5</sup> O transporte escolar está relacionado aos estudantes da área rural que estudam na escola e que são transportados com os ônibus em convênio com a prefeitura municipal.

<sup>6</sup> Bairro em que reside a maior parte da comunidade escolar, como mencionado, e que terá seu nome e localização mantidos em sigilo considerando possíveis constrangimentos aos seus moradores mediante as informações contidas no documento da escola.

<sup>7</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é uma iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes

em avaliações externas de larga escala e a taxa de aprovação, indicador que tem influência na eficiência do fluxo escolar, ou seja, na progressão dos estudantes entre etapas/anos na educação básica.

- <sup>8</sup> Foi baseado nos dados do IDEB referente a 2015, disponíveis no ano de 2017, em que o projeto inicial da pesquisa foi elaborado.
- <sup>9</sup> Pesquisa FAPESP é uma revista de divulgação científica brasileira publicada mensalmente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
- <sup>10</sup> Com exceção das formações específicas para professores e professoras envolvidos em programas financiados pela iniciativa privada e filantrópica como o programa Acelera Brasil (Instituto Ayrton Senna) e o programa Salto, que mantém o gênesis no hibridismo: presencial e mediação tecnológica, ambos os programas são compostos por alunos com defasagem na idade-série, o primeiro referente ao Ensino Fundamental I, e o segundo, respectivamente, se refere ao Ensino Fundamental II. Assim como reuniões restritas (um professor por área de conhecimento de cada escola estadual) para convencimento à implementação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As reuniões aconteceram na Capital, Porto Velho/RO.
- <sup>11</sup> As professoras responderam questionário referente às informações pessoais e profissionais relevantes para a pesquisa –idade, formação, instituição que estudou- e concederam entrevista à pesquisadora.
- <sup>12</sup> Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos (PROHACAP), desenvolvido no Estado de Rondônia, entre os anos de 2000 a 2009.
- <sup>13</sup> Professoras que participaram do programa de formação continuada PNAIC entre os anos de 2013 a 2016 e que lecionam na escola (*lôcus*) apresentada nesta seção- com exceção de uma colaboradora, que trabalha atualmente na Coordenadoria Regional de Ensino (CRE) e concederam entrevista sobre suas perspectivas acerca do programa.
- <sup>14</sup> Devido às reformas educacionais derivadas da ‘Conferência Mundial de Educação para Todos’ de 1990, financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial, e que teve como um de seus resultados o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), contou com a presença de 155 governos que assumiram o compromisso de assegurar a educação básica de qualidade para todos, entre eles o Brasil, conforme. (UNICEF, 2018).
- <sup>15</sup> As estruturadas das escolas em Rondônia não possuem uma equalização de recursos disponíveis. Algumas instituições, inclusive, possuem o programa Mediação Tecnológica em perímetro urbano, enquanto a justificativa do programa se respalda no difícil acesso territorial. Outras possuem laboratórios de informática e Ciências da Natureza, auditórios, refeitórios - Escolas Centrais - enquanto outras não. Os contratos de trabalho docente também não são padronizados, alguns possuem carga horária de 20 horas de trabalho, outros 25 horas, e outros ainda, 40 horas.
- <sup>16</sup> Rondônia possui, segundo a Revista *online* Alainet (FERREIRA, 2018) 43 terras indígenas, numa população de, aproximadamente, 15 mil indígenas, ao passo em que teve sua formação territorial baseada na migração de regiões outras do país - predominantemente Sul e Nordeste - com culturas, saberes e costumes diversos, mas que convivem e precisam ser compreendidos e respeitados.
- <sup>17</sup> O estado de Rondônia, devido a sua configuração cultural e territorial, abarca necessidades escolares ímpares a exemplo de regiões de difícil acesso por questões, inclusive climáticas, próprias da região, e que não podem ser ignoradas e/ou negligenciadas no processo de planejamento das formações docentes, pois assim haveria uma contradição da legislação que tange a educação no país, a exemplo do Art. 215 da Constituição Federal brasileira.
- <sup>18</sup> No sentido de seguir modelos (avaliação, relatórios, entre outros) previamente planejados sem a participação efetiva dos professores e professoras.
- <sup>19</sup> Conforme ilustrado pela legislação acima, a burocratização do trabalho docente em Rondônia é formada por: relatórios avaliativos mediante instrumentais (modelos), diários de classe (*online*) e de recuperação, atividades extra-classe que precisam ser documentadas, simulados para avaliações

externas, projetos institucionais, assim como o planejamento anual e rotina bimestral e semanal que devem ser entregues ao Coordenador/a Pedagógico/a.

<sup>20</sup> A exemplo dos programas de alfabetização: Profa. (2001), Gestar (2007), Pró-letramento (2008), entre outros.

<sup>21</sup> O Ensino Fundamental I desde 2015, por meio do decreto nº 20.070 de 24 de agosto, em Rondônia passa por um processo de reordenamento, que corresponde a transferência gradual - ano a ano - das turmas de alfabetização de responsabilidade do estado para os municípios, ou seja, a cada ano desde 2015 o Estado deixa de atender uma turma de alfabetização que se torna responsabilidade dos municípios. Atualmente (2018) o estado é responsável pelo 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I, a partir de 2019 atenderá apenas os 5º anos.

<sup>22</sup> Os dados do PISA referente a educação brasileira e seus rendimentos nas disciplinas de Matemática, Ciências e Leitura estão disponíveis no site <http://www.oecd.org/pisa/>.

<sup>23</sup> A exemplo da Provinha Brasil e Prova de Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA).

<sup>24</sup> Financiado pelo Instituto Ayrton Senna.

<sup>25</sup> Fixa normas para o “Projeto Caminhar” que implementa a política da alfabetização em ciclos no estado de Rondônia.

<sup>26</sup> A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional de 36 países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de mercado.

<sup>27</sup> Como as autoras construtivistas Ana Teberosky, Emília Ferreiro e Magda Soares.